

XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, 2013.

HABEMUS PAPAM: a disputa em torno da primeira visita de João Paulo II ao Brasil.

Marcelo Timotheo da Costa.

Cita:

Marcelo Timotheo da Costa (2013). *HABEMUS PAPAM: a disputa em torno da primeira visita de João Paulo II ao Brasil*. XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-010/541>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

**XIV Jornadas
Interescuelas/Departamentos de Historia
2 al 5 de octubre de 2013**

ORGANIZA:

Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras

Universidad Nacional de Cuyo

Número de la Mesa Temática: 64

Título de la Mesa Temática: Catolicismo y Cultura Política en Argentina y América Latina Contemporáneas

Apellido y Nombre de las/os coordinadores/as: Scirica, Elena y Borin, Marta

HABEMUS PAPAM:

**A disputa em torno da primeira visita do papa ao Brasil – o caso de
Leonardo Boff**

Costa, Marcelo Timotheo da

Universidade Salgado de Oliveira, Brasil

timotheo@unisys.com.br

<http://interescuelashistoria.org/>

HABEMUS PAPAM:
A disputa em torno da primeira visita do papa ao Brasil – o caso de
Leonardo Boff

Marcelo Timotheo da Costa
Universidade Salgado de Oliveira
timotheo@unisys.com.br

Introdução

Essa comunicação antecipa parte de investigação maior, trabalho esse ainda em andamento e que trata do impacto da primeira visita do papa João Paulo II ao Brasil, transcorrida de 30 de junho a 12 de julho de 1980. A idéia condutora desta pesquisa mais ampla é acompanhar como vários atores sociais brasileiros, lideranças políticas e religiosas de tendências diversificadas, buscaram oferecer ao público nacional o entendimento mais próprio a seus interesses do périplo de João Paulo II, empreendendo particular leitura dos discursos, gestos e até mesmo silêncios papais. Estabeleceu-se, pois, em complexo momento político e eclesial, verdadeira competição acerca da melhor maneira de compreender “o real significado” da inédita passagem pontifícia entre nós. Disputa esta, a propósito, que transcendeu o período da visita papal em si. Assim, antes da chegada de João Paulo II, houve acirrado debate sobre a exaustiva programação do evento. Debate – e embate de opiniões – que se seguiu após o papa ter retornado a Roma. Tratava-se, afinal, de competir sobre qual seria “o legado” para o país da presença pontifícia.

No caso do presente texto, fração do esforço investigativo maior acima descrito, deseja-se lançar luz sobre específica interpretação desta visita inaugural de João Paulo II. Tenciona-se iluminar o que dela afirmou, antes e depois da vinda papal, o então frade franciscano Leonardo Boff, o mais conhecido formulador brasileiro da Teologia da Libertação. Para tanto, analisar-se-á dois textos fundamentais de Boff: “Carta aberta a Papa”, anterior à chegada do bispo de Roma, e “A herança de João Paulo II no Brasil”,

redigido após sua partida do país. Textos que Boff posteriormente reuniu na obra *O Caminhar da Igreja com os Oprimidos: do Vale de Lágrimas rumo à Terra Prometida*.¹

Porém, antes de analisar os trabalhos firmados por Leonardo Boff, documentos bastante reveladores da atmosfera criada em torno da viagem em questão e do debate por ela provocado, deve-se dedicar alguns parágrafos ao cenário político brasileiro daquela época. Breve introdução complementada com informações sobre a situação da Igreja Católica, no início do longo pontificado de Karol Wojtyła (1978-2005).²

O duplo contexto da visita de João Paulo II

Como é sabido, no início dos anos 1980, viviam-se tempos muito tensos, tanto no Brasil como na Igreja Católica Romana. Polarização que se concentra de forma particularmente discernível durante a visita pontifícia aqui tratada.

Entre os brasileiros, a distensão proposta na gestão de Ernesto Geisel (1974-79), e apresentada pelo próprio general-presidente como “lenta, gradual e segura”, desdobrara-se na “abertura política” de João Baptista Figueiredo, o último mandatário (1979-1985) da ditadura civil-militar imposta pelo golpe de março de 1964. A controlada abertura política iniciada por Geisel conheceu, até então, seus dois mais relevantes momentos em outubro de 1978 e agosto de 1979, já sob a gestão de Figueiredo. No primeiro caso, Geisel revogara o Ato Institucional nº 5 – conhecido por AI-5, decretado em dezembro de 1968, tal instrumento legal permitia ao governo federal decretar recesso parlamentar, intervir em Estados e municípios, cassar mandatos políticos, privar cidadãos de direitos civis, tendo também suspenso a concessão de *habeas corpus* em casos de ordem política. Já no ano seguinte, o general Figueiredo sancionou a Lei da Anistia, que permitiu o retorno ao país de exilados e banidos por razões políticas, muitos deles reintegrados à arena pública. Era o caso, por exemplo, de líderes esquerdistas históricos

¹ Este livro teve sua primeira versão publicada pela editora laica CODECRI, do Rio de Janeiro, em 1980. Depois, em 1988, foi incorporado ao catálogo da editora franciscana Vozes, de Petrópolis, que publicou a maior parte da obra de Boff. Trabalhei com a edição original, da CODECRI, e com a segunda edição veiculada pela Vozes, datada de 1998. Para citações, utilizo esta última versão, por ser mais facilmente encontrável no mercado.

² Karol Józef Wojtyła nasceu em Wadowice, Polônia, em 1920. Foi ordenado sacerdote em 1946, doutorou-se em Teologia, em 1948, e em Filosofia, em Lublin, no seu país natal, em 1953. Foi sagrado bispo em 1958, nomeado arcebispo de Cracóvia em 1964, criado cardeal em 1967. Foi padre conciliar durante o Vaticano II (1962-65). Eleito papa em outubro de 1978, seu pontificado encerrou-se em abril de 2005, período no qual realizou mais de uma centena de “viagens pastorais” internacionais, visitando 129 países. No Brasil, após a visita de 1980, esteve em 1982, em trânsito para a Argentina, em 1991 e em 1997.

como Luís Carlos Prestes, Leonel Brizola e Miguel Arraes. E de ex-guerrilheiros que se notabilizariam nos anos subseqüentes por sua militância política e social, como Fernando Gabeira e Herbert de Souza (o Betinho, que se tornara espécie de ícone dos banidos, imortalizado que fora em célebre canção popular interpretada por Elis Regina).³

Se contabilizava avanços, o processo brasileiro de redemocratização ainda se revelava sobremaneira frágil: tido por tergiversante e demasiado lento pelos críticos do regime, políticos oposicionistas e ativistas da sociedade civil; tomado por danoso aos interesses nacionais pela direita radical, que promoveu atentados a bomba para tentar sufocar a abertura no nascedouro. A reação do que Gaspari (2002) chamou de “direita explosiva”, aliás, teve como mais emblemático ato a explosão de bomba na sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, ataque que vitimou a secretária da presidência da OAB, Dona Lyda Monteiro da Silva. Fato ocorrido em agosto de 1980 – portanto, poucas semanas após a visita papal aqui discutida.

Mesmo no âmbito parlamentar, em Congresso ainda submetido à legislação autoritária imposta pelo regime, a fragilidade da redemocratização e o risco de um retrocesso eram constantemente lembrados. A esse propósito, basta recordar que, poucos dias antes da aterrissagem do avião papal em Brasília, um dos mais importantes periódicos nacionais, o *Jornal do Brasil*, noticiou o aumento da incerteza política por conta da possível negativa do Congresso nacional em autorizar que um de seus membros, o deputado oposicionista João Cunha, fosse processado pelo Supremo Tribunal Federal (Cunha era acusado de supostas ofensas ao Chefe de Estado brasileiro e às Forças Armadas).⁴ O episódio fazia ressurgirem antigos fantasmas: quase doze anos antes, o Parlamento negara autorização para que se processasse o também deputado oposicionista Márcio Moreira Alves, acusado de incitar a população contra as Forças Armadas. Recusa essa que forneceu o pretexto para que o presidente de então, o Marechal Costa e Silva, pressionado pelo setor mais duro das Forças Armadas, fechasse

³ Gabeira, logo após seu retorno ao país, lançou trilogia (*O que é Isso Companheiro?*, de 1979; *O Crepúsculo do Macho*, 1980; *Entradas e Bandeiras*, de 1981) na qual revisitou os “anos de chumbo” e o exílio, lançou idéias para renovar, em bases progressistas, o debate político nacional. Souza fundou, em 1981, aquela que seria das mais importantes Organizações Não-Governamentais do país, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), órgão dedicado ao que seu idealizador definia como a luta pela “democratização da informação”, ação que objetivava apoiar causas populares.

⁴ Ver *Jornal do Brasil*, 26 de junho de 1980, primeiro caderno, “Política”, pág. 8.

o Congresso e impusesse ao país o já citado Ato Institucional nº 5, lançando o Brasil na mais violenta fase da sua última ditadura.⁵

Quanto à Igreja Católica, no que se refere à América Latina, a Santa Sé enxergava com crescente preocupação a chamada Teologia da Libertação. Eclesiologia essa que, agregando em chave progressista fé cristã e militância política, granjeara, no Brasil, relevante projeção entre crentes leigos, religiosos e presbíteros, tendo defensores inclusive na hierarquia católica. Era o caso dos cardeais D. Paulo Evaristo Arns, de São Paulo, nossa mais importante sé arquidiocesana, e de D. Aloísio Lorscheider, arcebispo de Fortaleza. O mesmo vale para D. Ivo Lorscheider, presidente da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) à época da visita papal em questão. Vale salientar que a adesão de altos prelados brasileiros à eclesiologia liberacionista ocorria em proporção inédita se compararmos o caso brasileiro a de outros países latino-americanos, como a Argentina. Apoio esse que preocupava não apenas Roma. Titulares de outras arquidioceses de relevo no Brasil, como D. Eugênio Salles, do Rio de Janeiro, e D. Vicente Scherer, de Porto Alegre, eram contumazes opositores da Teologia da Libertação. Não estavam sós: segmento de difícil aferição – porém significativo – do clero brasileiro, católicos leigos mais moderados e fiéis tradicionalistas também compartilhavam, em variados graus, da visão negativa quanto ao chamado “cristianismo libertador”. Para os adversários domésticos e estrangeiros da Teologia da Libertação, estava em jogo denunciar a “ideologização da fé” promovida pela mesma.

O conflito entre eclesiologias católicas tradicionais e outras renovadoras ou progressistas, em especial aquela produzida por teólogos liberacionistas, tornar-se-á particularmente observável durante a referida visita de João Paulo II. Como era de se esperar, o papa levou multidões de fiéis a templos, às ruas e estádios de Brasília, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Aparecida, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Teresina, Belém, Fortaleza, Manaus. Classificado pela Santa Sé como “pastoral”, o deslocamento de Karol Wojtyła por terras brasileiras tornou-se fenômeno midiático, ocupando enorme espaço nas redes de TV, rádios e imprensa escrita nacionais (e, em menor escala, nos meios de comunicação internacionais).

Assim, contrariando o prudente discurso romano e, em grande medida do governo civil-militar de então, interessados em diluir o conteúdo político da visita pontifícia,

⁵ Ver, entre outros, Fausto, 1994: 479-480.

deseja-se desvelar parte da disputa em torno da interpretação do sentido e legado deste inédito episódio na nossa história. Para tanto, será objeto de análise o discurso que Leonardo Boff teceu por ocasião da primeira vinda de Karol Wojtyla ao país.

Leonardo Boff e o visitante

Cumpre, antes de seguir adiante, apresentar, ainda que muito sumariamente, o teólogo Leonardo Boff.

Batizado Genézio Darci, Boff nasceu em 1938, em Santa Catarina, no Sul brasileiro, neto de migrantes italianos. De família religiosa, desde a infância, teve intenso contato com o catolicismo praticado nas colônias agrícolas desta região do país. Em 1959, Genézio Boff ingressou na Ordem dos Frades Menores (franciscanos), sendo-lhe conferido o nome religioso de Leonardo. Nomeação que homenageou Leonardo de Porto Maurício (1676-1751), santo franciscano, confessor e pregador popular, tornado padroeiro dos missionários por Pio XI. Ordenado sacerdote em 1964, Boff completou sua formação acadêmica na Universidade de Munique, doutorando-se em Filosofia e Teologia, em 1970. De retorno ao Brasil, assumiu a Cátedra de Teologia Sistemática junto ao Instituto Teológico Franciscano (ITF), consagrado centro de formação de sua Ordem, e a editoria da *Vozes*, mais importante casa editorial católica do Brasil, dotada de vasto catálogo e rede nacional de distribuição de grande capilaridade. Desse lugar social, Leonardo Boff dedicou-se à produção e difusão da Teologia da Libertação, eclesiologia da qual será dos primeiros formuladores no Brasil. Reflexão teológica projetada na obra *Jesus Cristo Libertador* (1972), cristologia crítica que incorpora determinada plataforma política e religiosa contestadora, à esquerda, da ordem estabelecida. Em 1985, por conta de supostos desvios doutrinários de seu livro *Igreja, Carisma e Poder* (de 1981), é condenado por Roma a período de “obsequioso silêncio”, perdendo tanto o posto universitário quanto a editoria da *Vozes*. A ordem para que se calasse foi suspensa em 1986. Porém, em 1992, Boff, antecipando-se a outra sanção disciplinar que se avizinhava, decidiu abandonar a Igreja institucional. Permanece, como fiel leigo, em sua investigação teológica, de matriz católica, destacando ainda mais a opção pelo ecumenismo. Lecionou Ética na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), aposentando-se há alguns anos. Segue proferindo palestras e

conferências, no Brasil e no exterior, assessorando também movimentos populares e em defesa de um desenvolvimento ecologicamente sustentável.⁶

Cabe, agora, direcionar o olhar para o ano de 1980. Deseja-se acompanhar e compreender o posicionamento assumido por Boff quando da (à época) inédita visita papal ao Brasil. Para tanto, conforme já dito acima, propõe-se aqui atentar para dupla de textos formulada pelo frade franciscano: “Carta aberta ao Papa” e “A herança de João Paulo II no Brasil”. Trabalhos (ambos serão citados a partir da paginação da reedição de *O Caminhar da Igreja com os Oprimidos*, de 1998) por intermédio dos quais Leonardo Boff interpreta o significado da visita de Karol Wojtyła, aproximando-a, o mais possível, das teses defendidas pela Teologia da Libertação.

É importante observar: tal estratégia de Boff apresentou-se possível, em 1980, pelo razoável caráter de indefinição do ainda recente papado de Wojtyła, reinante desde outubro de 1978, curtíssimo espaço de tempo em termos eclesiais. Indefinição essa que, conforme antecipado, motivou vários atores sociais, bastante diversos entre si, da Igreja e de fora dela, a tecerem discursos onde aproximavam o papa de suas próprias idéias e interesses.⁷

E, restringindo-me ao personagem aqui privilegiado, qual abordagem Leonardo Boff constrói da passagem de seu pontífice pelo Brasil? Para responder a essa questão, abordo, em primeiro lugar, a “Carta aberta ao Papa”, mensagem redigida na expectativa da chegada papal. Aí, sob o pretexto de apresentar o país ao ilustre visitante, Leonardo Boff diz o que espera de sua passagem entre os brasileiros.

O teólogo inicia seu discurso apelando a mais canônica imagem associada ao bispo de Roma. Ele, para o povo fiel, é “o Pai de nossa fé apostólica, o sucessor de Pedro” (25). Boff faz, portanto, questão de registrar fundamental ponto do credo católico. Reconhecê-lo parece mesmo a condição necessária para que o teólogo siga adiante, propondo leitura de fé bem menos tradicional. Operação semelhante, a propósito, fará outro teólogo tido por rebelde, o suíço Hans Küng. Na introdução de sua crítica síntese *The Catholic Church: a short history*, Küng faz questão de atrelar sua formação a insuspeitas e seculares instituições eclesiais, afirmando haver estudado em

⁶ Para maiores informações sobre nosso autor, ver, p. ex., Boff et al., 1989. Para o processo disciplinar romano a que Boff foi submetido, ver Cox, 1988.

⁷ Hipótese que conduz o projeto de pesquisa maior que desenvolvo há algum tempo, como previamente dito. Nesta comunicação, como também já foi salientado, cabe resumir a atuação de um deste atores, o então frade e teólogo Leonardo Boff.

universidades católicas de elite, em Roma e Paris. Como se tal não bastasse, ele acrescenta que, uma vez feito sacerdote, “*I celebrated the Eucharist for the first time in St. Peter’s and gave my first sermon to a congregation of Swiss Guards.*” (Küng, 2003: XVIII).

Retomo a argumentação de Boff. Após ter manifestado a mais clássica e ortodoxa formulação acerca do sucessor de Pedro, o brasileiro diz que “em razão de seu [do papa] ministério de pastor, ele vem nos visitar” (25). Enfim, a visita pontifícia seria, em essência, pastoral. Boff parece, pois, mimetizar a opinião prevalente entre os católicos e a opinião pública mais conservadora. Bom exemplo desta postura tradicional é a manifesta pelo arcebispo do Rio de Janeiro, cardeal Eugênio Salles. Este, na véspera da chegada de Karol Wojtyła, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, crisma a visita do papa de “pastoral e missionária”, explicando assim sua classificação:

Somente aqueles que crêem ou que não deixam sua fé ser envolvida por ideologias podem compreender as posições de um Pastor que, agindo exclusivamente em nome de Deus, para o bem dos homens, entra em todos os campos, mas não se deixa de forma alguma ser envolvido pela problemática humana.” (JB, 29 de junho de 1980, primeiro caderno, 25)

Contudo, basta seguir na leitura da “Carta aberta” de Boff para concluir que sua visão do pastoreio pontifício em muito difere da assinalada por D. Eugênio Salles. Boff vincula a idéia do papa como pastor universal ao socorro a uma nação em dificuldades. “João Paulo II: vem, ajuda-nos!”, ele roga na primeira linha de sua carta-manifesto (25). E, segundo o teólogo liberacionista, para que tal auxílio fosse eficiente, o pontífice deveria entender “três realidades importantes” (26). Realidades absolutamente envolvidas com aquilo que o cardeal do Rio de Janeiro nomeara de “problemática humana”, garantindo que o papa deveria dela se afastar.

Não poderia, por conseguinte, haver maior contraste entre as opiniões do arcebispo carioca e do frade franciscano. A primeira das realidades que o papa deveria entender, sustenta Boff, seria “a iniquidade do sistema social brasileiro”, concentrador de renda, produtor de verdadeira “tragédia social”. Situação que, para o teólogo, só pode ser mantida e perpetuada pela força. “Para assegurar a ordem na desordem, o Governo criou uma nova mensagem social: o medo e a repressão em nome da segurança nacional.” (todas as citações encontram-se à página 26) Assim, garantir-se-ia a manutenção da “causa principal, embora não exclusiva, desta iniquidade social [... o] sistema capitalista dependente, associado e excludente.” (26-27) Isto tudo posto, Boff

conclama: “João Paulo II precisa compreender o grito abafado dos milhões de brasileiros que sobe ao céu suplicando justiça e libertação.” (27)

O segundo dado “da realidade” conforme vista por Boff: tamanhas contradições sociais existentes no Brasil devem fazer “o Papa compreender o compromisso libertador de nossas igrejas cristãs.”. E Boff critica o projeto colonizador, que teve o apoio eclesial, fazendo da Igreja “até certo ponto, cúmplice com a dominação”, situação que, por “conta dos excessos insuportáveis do sistema capitalista”, fez surgir um novo compromisso entre cristãos brasileiros, convencidos que “seu destino evangélico está inarredavelmente associado ao destino social e político das classes subalternas.” (citações às páginas 27-28) Daí, Boff arremata: “Esperamos que o Papa compreenda a caminhada da Igreja junto do povo e tenha palavras de ânimo.” (28).

Por fim, caberia ao pontífice captar que o “povo oprimido constrói a Igreja libertadora”. Boff escreve: “João Paulo II precisa compreender esta efervescência nas bases da sociedade e da Igreja como irrupção de um novo sujeito histórico, portador da esperança de um mundo e de uma Igreja renovados.” (28) Compromisso que o frade franciscano vê como prefigurado pelo próprio Cristo: “Nesta Igreja dos pobres estão cardeais, arcebispos, bispos, sacerdotes, religiosos e a imensa multidão dos leigos; todos buscam a libertação inspirados e iluminados pelo Evangelho e pela pessoa de Jesus” (28-29).

Ao assim concluir, Boff repete o que afirmou em *Jesus Cristo Libertador* (originalmente de 1972, aqui citado por sua 12^a edição):

“Jesus se dirige a todos, mas concretamente aos pobres sendo um deles e assumindo sua causa, aos fariseus desmascarando sua auto-suficiência, aos ricos denunciando o mecanismo de sua injustiça e sua mamonalatria. [...] Ele morreu ‘para que se saiba que nem tudo é permitido neste mundo’.” (Boff, 1988: 32)

Interessante notar que, como o cardeal do Rio de Janeiro afirmara, Boff também diz que “João Paulo II [...] fala em nome de Deus”. Porém, sua conclusão soa como grave acusação, maximizada pelo recurso a trechos evangélicos:

“Não queremos merecer a censura do Senhor: ‘Hipócritas, sabeis julgar os fenômenos da terra e do céu: então como não sabeis julgar o momento presente?’ (Lc 12, 56) Preferimos aceitar o desafio à coragem: ‘Por que não julgais por vós mesmos o que é justo?’ (Lc 12, 57).” (Id. ib.)

Já em “A herança de João Paulo II no Brasil”, texto escrito depois de finda a viagem papal, Boff desenvolve movimento mais sutil. Característica que não o impede de confirmar o legado da visita de Karol Wojtyła como favorável à manutenção da pastoral social crítica, posicionamento próprio do catolicismo mais progressista.

Neste segundo trabalho, Boff comenta alguns trechos dos 50 discursos realizados pelo pontífice no país. Passagens essas que o frade dispõe em breves parágrafos, procurando sintetizar aqueles que seriam os “acentos fortes nos pronunciamentos do Papa” (51).

Para os efeitos da presente comunicação, caberá destacar apenas parte da argumentação de Boff. Ele, em primeiro lugar, ratifica o que já afirmara em sua “Carta aberta ao Papa”. A visita do bispo de Roma teve “caráter pastoral” (51). Cunho esse que, como nosso autor ressaltara antes, não se restringe ao plano espiritual, sendo, ao contrário, fortemente enfatizada a dimensão social do pastoreio cristão (53). Para provar sua tese, Boff se vale do testemunho de João Paulo II. Segundo o papa, citado explicitamente pelo autor nacional, a perspectiva pastoral conduz a “uma nítida mensagem sobre o homem, seus valores, sua dignidade e sua convivência social” (51-52).

Isso posto, Boff afirma que o papa fundou sua mensagem na inviolabilidade da dignidade humana, do empobrecido, do indígena, do trabalhador. E, diz Leonardo Boff, a “maior conclamação do papa no Brasil em todos os discursos até naquele às crianças” foi a necessidade da construção de uma sociedade mais justa e fraterna (52).

Observe-se que todos esses pontos destacados pelo frade franciscano, por seu caráter muito genérico, poderiam ser subscritos por religiosos de tendências eclesiais bem diversas. Estaria nosso autor renunciando à postura mais claramente crítica e militante, posicionamento expresso antes em “Carta aberta ao Papa”? Ou melhor: teria nosso autor renunciado a apresentar a passagem do papa por terras brasileiras como sinal de esperança para o segmento progressista da Igreja nacional?

Creio que não. Para sustentar tal crença, há que se ter em mente o trecho de “A herança de João Paulo II no Brasil” no qual Leonardo Boff afirma: “A religião é fundamental para o homem e para a sociedade. Sua direção primeira é vertical, para Deus [... contudo] O vertical *se verga* para o horizontal e se abre para o homem, imagem e semelhança de Deus.” (52, o grifo é meu.)

A sentença parece ser tão genérica quanto outras já extraídas do segundo texto aqui considerado do teólogo brasileiro. Contudo, acredito, há nela um paralelo

revelador, paralelo que contém uma mensagem oculta – ou que Boff preferiu não explicitar.⁸

Para captar o paralelo e a mensagem que creio contidos no texto de Boff acima citado, há que se recorrer à história da Ordem Franciscana e à legenda construída em torno do santo de Assis. Relatos esses em muito devidos da primeira biografia de Francisco, redigida por Tomás de Celano, em 1228, e intitulada simplesmente *Vida Primeira*.⁹ Nela, é atribuída ao místico de Assis o seguinte episódio:

Certa noite, [Francisco] viu-se em sonhos andando por um caminho, ao lado do qual havia uma árvore de grande porte. A árvore era bela e forte, grossa e muito alta. E aconteceu que, estando a admirar sua beleza e altura, o próprio santo tornou-se de repente tão alto que tocava o cimo da árvore e com suas mãos conseguia *vergá-la* facilmente até o chão. De fato, foi o que aconteceu quando Inocêncio III, a árvore mais alta e mais respeitável do mundo, se inclinou com tanta benignidade ao pedido e à vontade de Francisco. (Ver 1 Celano 33, disposto em SILVEIRA & REIS, 1998: 202, o grifo é meu.)

Acredito que é necessário cruzar os textos de Boff e o de Celano – autor e relato que o teólogo brasileiro, frade franciscano e homem de vasta erudição, certamente conhece. O paralelo me parece suficientemente nítido. No sonho descrito por seu biógrafo, Francisco, crescendo em estatura de forma maravilhosa, pôde fazer dobrar, até o solo, árvore de grande dimensão e peso. Árvore que simbolizaria o pontífice então reinante, ainda hoje considerado pela historiografia como dos mais poderosos papas, em termos temporais. Pontífice que concedeu a primeira autorização para que a Ordem mendicante fundada por Francisco pudesse existir. Autorização que a legenda franciscana descreve como suavemente concedida – o relato fantástico de Francisco, ainda que em sonho, fazendo facilmente curvar a enorme árvore (= o papa) tem esta intenção. Já consagrado medievalista acusa ter existido tensão entre o papa-rei Inocêncio e o frade mendicante (Le Goff, 1984, vol II: 311). Tensão, aliás, ao menos em potência, assinalada por Celano, pelo uso do verbo *vergar*. Francisco, surpreendentemente, *dobrara* o papa à realidade dos mais pobres. Dobrar, fazer curvar. Movimento também proposto por Boff, a sua maneira: o transcendente, de natureza primária vertical, deve dobrar-se às necessidades terrenas, sobretudo àquelas mais

⁸ A análise proposta na seqüência é inspirada em trabalho onde Carlo Ginzburg analisa o que classificou de “lapso” de João Paulo II (a repetição do personagem é apenas coincidência). Lapso esse ocorrido em sinagoga romana, em visitação programada pelo papa para marcar sua condenação ao anti-semitismo (Ginzburg, 2001: 219-227).

⁹ Posteriormente, entre 1246-47, o mesmo Celano escreveu outra biografia do Assisense, chamada de *Vida Segunda*. Obs.: para a canônica franciscana em português, ver Silveira & Reis, 1998.

prementes, a dos mais miseráveis dos homens. Contingente esse que compõe parcela significativa da população brasileira – e também mundial. População que é o objeto prioritário do cristianismo engajado defendido por Leonardo Boff.

Propõe-se, portanto, na corrente comunicação, que, em 1980, anos antes do início do processo que levou Leonardo Boff à condenação romana, era possível ao frade brasileiro esperar que João Paulo II pudesse, de alguma forma, compreender (ou tolerar) a pastoral social (e a militância política) progressista(s) praticada(s) por parte da Igreja brasileira. Esperança (ou sonho) que, tal qual registrado na tradicional legenda franciscana, faria outro pontífice (ainda que não poderoso como Inocêncio III, mas dotado de carisma e projeção internacional notáveis), de certa maneira, *vergar-se* diante de nova eclesiologia, que se apresenta como continuadora do espírito de Assis. Esperança (ou desejo) que, acredito, Boff, ainda que sem admiti-lo de maneira formal, sinaliza ao iniciados na legenda franciscana.¹⁰

Sinalização que, ademais, é coerente com afirmação textual de Leonardo Boff, em “A herança de João Paulo II no Brasil”. Ali, ao encerrar seu inventário do que, para ele, representou a visita de Karol Wotyla a nosso país, Boff é incisivo:

“[...] os pronunciamentos do Papa significam uma bem travejada articulação entre discurso da religião e o discurso da sociedade. João Paulo II confirmou seus irmãos no episcopado em suas iniciativas de pastoral social. Ninguém mais poderá dizer que, ao defender os direitos dos posseiros, dos operários e dos índios, eles exorbitam de suas funções religiosas; eles estão praticando a pastoral social. [...] Temos agora mais esperança. Graças a visita de João Paulo II.” (54)

Conclusão

A antes nunca vista viagem de João Paulo II ao Brasil, em 1980, mobilizou diversos agentes políticos e religiosos. Atores que, em cenário de acentuada polarização ideológica e efervescência eclesial, buscaram aproximar o papa de suas próprias convicções e práticas na sociedade nacional.

A partir do disposto no parágrafo anterior, acompanhou-se, na presente comunicação, a maneira pela qual Leonardo Boff, o mais célebre sistematizador da Teologia da Libertação brasileira, interpretou a visita pontifícia a nosso país. Para tanto,

¹⁰ Esperança (ou desejo) que seria possível admitir em Boff mesmo que de forma inconsciente, embora não me pareça ser este o caso.

foram destacados dois textos de Boff. No primeiro deles, “Carta aberta ao Papa”, o então frade partiu de imagem clássica relativa ao bispo de Roma, o pastor universal dos crentes. Daí, sem negar sua natureza espiritual, Boff acrescentou significado visceralmente político e contestador a esse tradicional ministério papal, releitura do múnus pontifício bem de acordo com os postulados do cristianismo progressista latino-americano.

No segundo texto analisado, “A herança de João Paulo II no Brasil”, Boff seleciona e comenta os discursos que Karol Wojtyła pronunciou em seu itinerário país afora. Assim procedendo, nosso autor, em movimento sutil e sofisticado, encontra meios de vincular as idéias defendidas pelo líder da Igreja (mesmo que em termos muito gerais) à espiritualidade do mendicante de Assis. Para o teólogo em lume, Francisco elaborou uma mística da ação, agregando sentidos vertical e horizontal da experiência humana, fé e intervenção social. União que teria inspirado a moderna eclesiologia da libertação latino-americana. União que, diz Boff, teria sido admitida pelo pontífice.

Desta maneira, abordando a visita do papa Wojtyła ao Brasil, valendo-se de especial e plástica leitura da tradição cristã – seja aquela que forjou a imagem do pontífice romano, seja aquela definida pela lenda do santo assisense –, Leonardo Boff proclamou ponto fundamental de sua teologia militante. Para o religioso brasileiro, o cristianismo, definido pela crença em um Deus que se encarnou entre os homens, deve ter eficácia social libertadora.

Referências Bibliográficas

Boff, Leonardo (1998), *O Caminhar da Igreja com os Oprimidos: do Vale de Lágrimas rumo à Terra Prometida*, Petrópolis: Vozes. [1ª ed.: 1980]

_____, (1988), *Jesus Cristo Libertador: ensaio de Cristologia crítica*, Petrópolis: Vozes. [1ª ed.: 1972]

Boff, Leonardo et al. (1989), *O que Ficou ... Balanço aos 50*, Petrópolis: Vozes.

Cox, Harvey (1988), *The Silencing of Leonardo Boff: the Vatican and the future of World Christianity*, Oak Park: Meyer-Stone Books.

Fausto, Boris (1994), *História do Brasil*, São Paulo: EDUSP.

Ginzburg, Carlo (2001), *Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância*, São Paulo: Cia das Letras.

Le Goff, Jacques (1984), *A Civilização do Ocidente Medieval*, Porto: Estampa. [Volume II]

Küng, Hans (2003), *The Catholic Church: a short history*, Nova York: Modern Library.

Silveira, Ildefonso & Reis, Orlando dos (1988), *São Francisco de Assis: escritos e biografias de São Francisco de Assis*, Petrópolis: Vozes/CEFEPAL.